

## **ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Aos 17 dias do mês de março de 2016, às 09h00min, no Auditório do Departamento de Obras  
2 e Rodagens - DER localizado na Av. Duarte da Silveira, S/N, Torre, João Pessoa – PB, realizou-  
3 se a **37ª Reunião Ordinária do CERH**. Na ausência do Presidente do CERH, Sr. João  
4 Azevedo Lins Filho, a reunião foi conduzida pelo Sr. João Fernandes da Silva, Secretário  
5 Executivo deste Conselho, que agradeceu a presença de todos. A Reunião contou com a  
6 presença dos seguintes Conselheiros: João Vicente Machado Sobrinho (Titular **SUDEMA**),  
7 João Carlos de Miranda e Silva (Suplente **SUDEMA**), Demilson Lemos de Araújo (Suplente  
8 **SEDAP**), Emanuel Lira (Suplente **SES**), Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (Titular **AESA**), José  
9 Marinho de Lima (Titular **EMATER**), Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular **DNOCS**), Márcio  
10 Fernando Ducat (Titular **AGEVISA**), Ronilson José da Paz (Titular **IBAMA**), Laudízio da Silva  
11 Diniz (Suplente **CAGEPA**), Wagner Antônio A. Breckenfeld (Titular **FIEP/SINDUSCON**),  
12 Raimundo Gilson Vieira Frade (Suplente **FIEP/SINDUSCON**), Edmundo Coelho Barbosa  
13 (Titular **SINDALCOOL**), José Reynolds Cardoso Melo (Suplente **ABES**), Jaqueline Pequeno da  
14 Silva (Suplente **ABES**), Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Titular **CBH-PB**), Mirella Leôncio Motta e  
15 Costa (Titular **CBH-LN**), Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente **CBH-LS**). Os  
16 Conselheiros João Bosco Vieira Marinho (Titular **FAMUP**, Tércio Handel Pessoa (titular  
17 **SEPLAG**) e Ricardo Lavor Cavalcanti (Suplente **SEPLAG**) justificaram as ausências na  
18 Reunião. Também estiveram presentes os senhores Djanira Lucena de A. Machado  
19 (AGEVISA), Josa Silva (IBAMA), Waldemir F. Azevedo (Diretor de Gestão e Apoio Estratégico  
20 da AESA), Pedro Freire (Gerente de Fiscalização da AESA), Francisco Sousa (Gerente Regional  
21 de Bacia Hidrográfica – GRBH IV – Litoral). Após a verificação de quórum às 09h30min, o Sr.  
22 João Fernandes iniciou a Reunião, deu as boas vindas aos presentes, justificou a ausência do  
23 Presidente do CERH, Sr. João Azevedo e em seguida leu a **Pauta** da reunião: **1)** Leitura e  
24 aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária; **2)** Posse dos novos membros do Conselho; **3)**  
25 Apresentação do Relatório das Atividades da Diretoria da AESA em 2015; **4)** Apresentação do  
26 Relatório do PROGESTÃO para Certificação do Ano 4; **5)** Esclarecimentos sobre outorgas de  
27 lançamentos de efluentes em corpos hídricos; Informes finais e encerramento. Dando  
28 seguimento à reunião o Sr. João Fernandes solicitou que a Sra. Lovania Werlang lesse a Ata  
29 da 36ª Reunião Ordinária quando o conselheiro Ronilson José da Paz, titular do IBAMA falou  
30 que era dispensável a leitura já que a minuta da Ata havia sido enviada a todos os  
31 Conselheiros, juntamente com o Convite para a reunião, passando-se, então, para a discussão  
32 dos fatos relatados na Ata e votação de sua aprovação. Não houve contestação e a Ata da 36ª  
33 Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi realizada a posse dos  
34 conselheiros representantes da SUDEMA João Vicente Machado Sobrinho (titular) e João  
35 Carlos de Miranda e Silva (suplente) e da conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa  
36 representante do CBH-LN. A seguir o Sr. João Fernandes apresentou o Sr. Waldemir  
37 Fernandes de Azevedo, novo diretor de Gestão e Apoio Estratégico da AESA e, dando  
38 continuidade à reunião, Dr. João Fernandes pediu permissão aos conselheiros para fazer uma  
39 inversão na Pauta e convidou à senhora Lovania Werlang para fazer a apresentação do  
40 Relatório do PROGESTÃO 2015 - 4º Período de Certificação do Estado da Paraíba, com vistas  
41 à aprovação pelo CERH. Lovania agradeceu a presença de todos e deu início a apresentação  
42 do Relatório que contempla as Metas de Fortalecimento Estadual, que são divididas em: 1-

43 Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social; 2- Variáveis de Planejamento; 3-  
44 Variáveis de Informação e Suporte e 4- Variáveis Operacionais. As variáveis foram  
45 apresentadas uma a uma, como segue: 1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação  
46 Social: Meta 1.1- Organização institucional do modelo de gestão: Agência Executiva de Gestão  
47 das Águas do Estado da Paraíba – AESA, criada pela Lei nº 7.779 de 07 de julho de 2005, é  
48 uma entidade da Administração Pública Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito  
49 público, sob a forma de autarquia, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na  
50 Capital, jurisdição em todo o território do Estado da Paraíba – status: Meta alcançada; Meta  
51 1.2 - Organismo(s) Coordenador /Gestor: - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado  
52 da Paraíba - AESA é o órgão gestor de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba. -  
53 Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA é o órgão ambiental do  
54 Estado da Paraíba. - Companhia de Água e Esgoto – CAGEPA é responsável pela distribuição e  
55 tratamento de água no Estado – status: Meta alcançada; Meta 1.3 - Arcabouço legal: No  
56 Estado existe um arcabouço institucional completo, devendo somente ser atualizado a  
57 exemplo dos Decretos de Outorga e de Licença de Obras Hídricas, que estão sendo  
58 atualizados – status: Meta alcançada; Meta 1.4 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos: O  
59 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, na Paraíba, foi criado em setembro de 1996  
60 (Lei Nº 6.308). A partir de março de 2003, quando realizou a sua 1ª Reunião Extraordinária, o  
61 CERH passou a desempenhar normalmente as suas funções – status: Meta alcançada; Meta  
62 1.5 - Comitês de bacias e organismos colegiados: A Paraíba é dividida em 11 (onze) Bacias  
63 Hidrográficas, das quais 6 (seis) são bacias estaduais e, através dos Decretos 27.560, 27.561  
64 e 27.562 de 04 de setembro de 2006 foram instituídos três comitês, contemplado todas as  
65 bacias hidrográficas estaduais. Tem também o Comitê das Bacias Hidrográficas do Piancó-  
66 Piranhas-Açu – PPA (bacia federal). As informações sobre os comitês estão disponíveis no Site  
67 <http://www.aesa.pb.gov.br/comites> – status: Meta alcançada; Meta 1.6 - Comunicação social  
68 e difusão: existem ações de comunicação que na sua maioria estão vinculadas as ações do  
69 Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH (AESA e CBHs). Todas as ações são divulgadas  
70 através dos sites: <http://www.aesa.pb.gov.br/>, <http://www.aguasdaparaiba.com.br/> e  
71 <http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/site/> – status: Meta alcançada. Meta 1.7 –  
72 Capacitação setorial: Foi elaborado juntamente com a ANA um planejamento de capacitação  
73 inserido no Projeto Água disponibilizado através do site [www.aguaegestao.org.br](http://www.aguaegestao.org.br) – status:  
74 Meta alcançada. Continuando, Lovania passou a apresentar as Variáveis de Planejamento:  
75 Meta 2.1 – Balanço hídrico: Atualização do sistema de informação – funcionalidades  
76 específicas para realizar de forma automática – status: em andamento; Meta 2.2 - A divisão  
77 hidrográfica em forma de mapas com as respectivas formalização pelos órgãos estaduais  
78 Rios/Riachos – Base na escala 1:100.000 – status: Meta alcançada; Meta 2.3 - Planejamento  
79 estratégico institucional: O Planejamento Estratégico (com horizonte 2016 a 2019) é o  
80 instrumento de planejando de todas as instituições estaduais. Está em elaboração – status:  
81 Meta alcançada; Meta 2.4 - Plano Estadual de Recursos Hídricos: em 2015 foi aceito pela ANA  
82 o financiamento da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, através da  
83 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos/SICONV- já esta no processo de  
84 licitação – status: Meta alcançada; Meta 2.5 - Planos de Bacias: Bacias estaduais com planos:  
85 Rio Paraíba e Gramame; Bacia estadual com Termo de Referência pronto: Mamanguape;

86 Bacias estaduais que precisam elaborar os planos: Camaratuba, Miriri e Abiaí – status: Meta  
87 alcançada; 2.6 - Estudos Especiais de Gestão – Existe uma série de estudos, outros em  
88 projetos. Sítios: <http://www.mma.gov.br/fundoclima>, <http://www.aesa.pb.gov.br> e  
89 <http://www.ufpb.br> – status: Meta alcançada. A seguir foram apresentadas as Variáveis de  
90 Informação e Suporte: Meta 3.1 - Base cartográfica: O Estado possui uma base de dados  
91 satisfatória. A AESA tem um setor do Geoprocessamento responsável pela produção e  
92 disponibilização de dados geográficos georreferenciados. Esses dados subsidiam a própria  
93 AESA, como também, a sociedade civil e acadêmica. O Link de acesso da base digital em  
94 formato vetorial (shapefile, DWG e KMZ) e raster (TIFF) para a gestão de recursos hídricos é:  
95 <http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/index.php>. Além dessa base digital,  
96 estão disponíveis vários mapas para download em formato PDF – status: Meta alcançada;  
97 Meta 3.2 - Cadastros de usuários e infraestrutura: no sistema de informação interno da AESA,  
98 constam em torno de 8000 cadastros de usuários de água bruta, levantamento por bacia –  
99 status: Meta alcançada; Meta 3.3 - Monitoramento hidrometeorológico: existe uma rede  
100 hidrometeorológica, tanto para fins de planejamento na gestão de recursos hídricos como  
101 para fins de alertas de eventos críticos. Na rede oficial da AESA existem 446 estações de  
102 monitoramento hidrometeorológico, sendo: Rede Convencional com 387 entre postos  
103 linimétricos e postos pluviométricos e Rede Automática com 59 entre estações hidrológicas,  
104 estações agrometeorológicas e estações pluviométricas – status: Meta alcançada; Meta 3.4 –  
105 Monitoramento da qualidade da água: Termo de Parceria – PNQA. Está sob coordenação da  
106 SUDEMA – status: Meta alcançada/monitoramento contínuo; Meta 3.5 - Sistema de  
107 informações – Contratação através de convênio com o Parque Tecnológico – status: Meta  
108 alcançada e em fase de atualização. Prosseguindo foram apresentadas as Variáveis  
109 Operacionais: Meta 4.1 - Outorga de direito de uso: a AESA emite outorga de direito de usos  
110 múltiplos de recursos hídricos, bem como de lançamento de efluentes. Essas outorgas não  
111 foram renovadas devido ao estresse hídrico que o Estado esta atravessando – status: Meta  
112 alcançada; Meta 4.2 – Fiscalização: a AESA conta com a gerência de fiscalização atuando e  
113 orientando a fiscalização em todo o Estado. As ações de fiscalização são realizadas com o  
114 apoio das gerências regionais da AESA, todos com atribuições de emissão de multas,  
115 conforme o manual de fiscalização da AESA – status: Meta alcançada; Meta 4.3 – Cobrança: A  
116 cobrança pelo uso de água bruta foi implementada em julho de 2015. Em 2015 foram  
117 arrecadados R\$ 408.643,84, somadas todas as bacias – status: Meta alcançada; Meta 4.4 -  
118 Sustentabilidade financeira do sistema de gestão: a AESA conta com fontes de recursos  
119 oficiais e de arrecadação própria (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH) e o próprio  
120 PROGESTÃO – status: Meta alcançada; Meta 4.5 - Infraestrutura hídrica: estava previsto em  
121 2015, para atender a lei 12.334/2010, as seguintes adequações: - Estabelecer a periodicidade,  
122 qualificação da equipe responsável, conteúdo mínimo e nível de detalhamento das Inspeções  
123 de Segurança Regulares de Barragem, conforme o Art. 9 da Lei Federal nº 12.334/10. -  
124 Estabelecer a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo  
125 mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem e da Revisão Periódica  
126 de Segurança da Barragem, conforme Art. 8º, 10 e 19 da Lei nº 12.334/10 – status: Meta  
127 alcançada; Meta 4.6 - Gestão e controle de eventos críticos: a estrutura de monitoramento de  
128 eventos críticos, instalada no Centro de Gestão de Situações Críticas subsidia a tomada de

129 decisões por parte dos órgãos gestores, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal.  
130 Informações no link: [http://www.aesa.pb.gov.br/meteoro/mapa\\_hidrografico\\_pb/index.html](http://www.aesa.pb.gov.br/meteoro/mapa_hidrografico_pb/index.html) -  
131 status: Meta alcançada; Meta 4.7 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH: o Estado  
132 conta com o Fundo Estadual regulamentado pelo Decreto 31.215, de 30 de abril de 2010. Em  
133 2015 o FERH recebeu R\$ 124.000,00 – status: Meta alcançada. A apresentação do Relatório  
134 do PROGESTÃO foi finalizada com a apresentação da Prestação de Contas. A seguir Lovania  
135 agradeceu a todos e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. A Sra. Mirella  
136 Motta, titular do CBH-LN questionou por que deputados fazem leis que tem a ver com  
137 Recursos Hídricos sem consultar o CERH, como por exemplo, “a dispensa de licença de obras  
138 hídricas para poço artesiano”. O Sr. Ronilson Paz, titular do IBAMA falou que não é  
139 competência do CERH dar assessoria aos deputados. O Sr. Laudízio da Silva Diniz, suplente da  
140 CAGEPA falou que o CERH poderia se colocar a disposição da Assembléia Legislativa para  
141 colaborar nas matérias que tratam de Recursos Hídricos. Dr. João Fernandes falou que esses  
142 assuntos devem ser tratados em uma Reunião Extraordinária e que irá pesquisar qual a  
143 competência do CERH para complementar as matérias que tem a ver com Recursos Hídricos e  
144 dar uma contribuição a Assembléia Legislativa. A Sra. Mirella Motta, titular do CBH-LN se  
145 manifestou em relação ao item 2.5 - Planos de Bacias, querendo saber como os Planos da  
146 Bacia do Paraíba e da Bacia do Gramame foram elaborados, se foram participativos. Também  
147 falou que os Comitês não reconhecem os Planos como seus e que nas atualizações deve-se  
148 levar em conta a participação dos Comitês e dos usuários. Continuou falando que com a  
149 transposição das águas do rio São Francisco as bacias vão estar integradas. Lovania explicou  
150 que esses Planos foram elaborados há muito tempo, que desconhecia como eles foram  
151 elaborados e que os consultores já não estavam mais na AESA. A Sra. Lourdes Sousa, titular  
152 do DNOCS perguntou se o TDR da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH  
153 foi participativo, se havia passado pelos Comitês. Lovania informou que não foi possível  
154 devido à urgência, já que surgiu a possibilidade do mesmo entrar no programa de apoio e  
155 financiamento pelo Interáguas, o TDR foi elaborado seguindo um modelo da Secretaria de  
156 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU/MMA e, posteriormente foi cadastrado no  
157 SICONV por orientação da ANA. O Sr. João Fernandes complementou dizendo que o TDR é  
158 um documento técnico que deve estabelecer os requisitos para contratar a geração de um  
159 produto. No TDR devem estar criadas as condições para que o produto seja democrático. O  
160 Sr. Laudízio Diniz, suplente da CAGEPA, perguntou se houve alguma mudança sobre a Bacia  
161 do Abiaí Popocas, que contempla dois Estados. O Sr. Alexandre Ferreira (Geoprocessamento  
162 da AESA) explicou que até o momento o IBGE não procedeu nenhuma modificação, continua  
163 tudo igual. O Sr. Laudízio comentou que deveria ser solicitada uma posição do IBGE para  
164 definir se a bacia do Abiaí Popocas é federal ou estadual. Dr. João Fernandes falou que iria  
165 solicitar uma definição do IBGE e que o assunto seria discutido em uma Reunião  
166 Extraordinária. Dr. João Vicente, titular da SUDEMA informou que o Plano de Bacia do Piancó-  
167 Piranhas-Açu foi muito discutido com todos os usuários. Continuando, Dr. João Vicente falou  
168 que havia conversado com José Luiz de Souza, do Ministério da Integração Nacional,  
169 Coordenador da transposição das águas do rio São Francisco nos eixos leste e norte, sobre a  
170 possibilidade de revitalização da Bacia do Paraíba, pois é a bacia do estado que tem a maior  
171 área de degradação. Falou que deverá ser realizada, com urgência, a atualização do Plano de

172 Bacia do rio Paraíba. Por fim, o Dr. João Vicente falou sobre a utilização conjunta de bacias  
173 em municípios que ficam na divisa de dois Estados e deu como exemplo o município de  
174 Umbuzeiro, que é abastecido com água de Pernambuco e com energia da Paraíba. O Sr.  
175 Edmundo Coelho, titular do SINDALCOOL agradeceu e louvou o trabalho e dedicação de  
176 Lovania, e propôs que o CERH fizesse uma Moção dirigida a FUNASA (em Brasília) para que  
177 não aceite, aprove e libere recursos para Planos Municipais de Saneamento sem a  
178 concordância e interação da concessionária de água e esgoto do município. A Sra. Jaqueline  
179 Pequeno, suplente da ABES, esclareceu que a lei 11.445/2007 estabelece diretrizes nacionais  
180 para o saneamento básico e para a política federal de saneamento. O Sr. Laudízio Diniz,  
181 suplente da CAGEPA falou que um dos maiores problemas dos Planos é o "CTRL C, CTRL V",  
182 pois muitos Planos são copiados de outros municípios e quem copia muitas vezes não troca  
183 nem o nome do município copiado. Dr. João Fernandes propôs a realização de uma Reunião  
184 Extraordinária, onde esses assuntos que não constam na Pauta da 37ª Reunião fossem  
185 discutidos, bem como outros assuntos pendentes ou sugeridos pelos Conselheiros. Após os  
186 esclarecimentos das dúvidas o Sr. João Fernandes colocou a  
187 aprovação do Relatório do PROGESTÃO em votação. Não havendo ressalvas por parte dos  
188 Conselheiros, o Relatório foi considerado aprovado por unanimidade. A reunião prosseguiu  
189 com o Sr. João Fernandes apresentando o Relatório das Atividades da Diretoria da AESA em  
190 2015, como segue: Sistema de Informações – foi firmado um convênio entre a AESA e a  
191 Fundação Parque Tecnológico da Paraíba para a construção de sistemas de informações Web,  
192 com uso de geoprocessamento, visando à modernização da gestão dos recursos hídricos no  
193 Estado da Paraíba. Em seguida informou sobre o Acordo de Cooperação Técnica celebrado  
194 entre a ANA, o estado da Paraíba, a SEIRHMACT, a AESA e a SUDEMA visando a colaboração  
195 mútua para implementação do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de  
196 Água – QUALIÁGUA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas –  
197 PNQA, para a implementação da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas –  
198 RNQA, visando prover a sociedade e os órgãos gestores de um conhecimento adequado da  
199 qualidade das águas superficiais brasileiras. Prosseguindo informou sobre o Projeto para a  
200 criação de um Sistema Estadual de Informações Agrohidroclimáticas – SEIRA, uma parceria  
201 entre a AESA, o COOPERAR e o Banco Mundial, para dar suporte à agricultura e a pecuária do  
202 Estado da Paraíba, considerando a disponibilidade hídrica, informações agrícolas e  
203 geomorfológicas, bem como a definição do risco climático para cada cultivar. O TDR e o Plano  
204 de Trabalho já foram elaborados. Informou, também, sobre a Cobrança pelo Uso da Água  
205 Bruta esclarecendo que, embora tenha legislação, até o momento poucos Estados  
206 implantaram a Cobrança pelo Uso da Água Bruta. Na Paraíba a Cobrança foi implantada em  
207 julho de 2015 e, de acordo com o Decreto Estadual 33.613/12 os tipos de usos passíveis de  
208 cobrança são: Irrigação e outros usos agropecuários; Piscicultura intensiva e carcinicultura;  
209 Abastecimento; Setor do Comércio; Lançamento de esgotos e demais efluentes; Indústria;  
210 Agroindústria. Para todos os tipos de uso o volume anual outorgado é igual ou maior que  
211 200.000m<sup>3</sup> de água, com exceção para o tipo de uso irrigação e outros usos agropecuários.  
212 Os volumes para o tipo de uso irrigação e outros usos agropecuários são diferenciados por  
213 bacia. Finalizando a apresentação informou sobre a Política de Segurança Hídrica da Paraíba,  
214 projeto que está em fase de conversação com o BIRD e com o BEI e que espera dar maiores

215 informações na próxima reunião do CERH. O Sr. João Fernandes passou, então, para os  
216 Informes Finais, momento em que falou sobre a viagem para conhecer as obras da  
217 transposição das águas do rio São Francisco, solicitada por alguns Conselheiros do CERH,  
218 esclareceu que a viagem está sendo programada para meados de abril com o seguinte roteiro:  
219 João Pessoa/Monteiro/Floresta e Cabrobó (PE) / São José de Piranhas/João Pessoa. Como é  
220 necessária a autorização do Ministério da Integração Nacional para visitas aos canteiros das  
221 obras, e Dr. João Fernandes irá a Brasília para uma reunião, aproveitará para conversar com o  
222 Coordenador das obras da transposição pessoalmente sobre o assunto. Assim que o roteiro for  
223 fechado, será encaminhado a todos os Conselheiros. Depois de esgotado o debate sobre a  
224 viagem entre os Conselheiros, o Secretário Executivo do CERH agradeceu a presença de todos  
225 e declarou encerrada a 37ª Reunião Ordinária da CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria  
226 Itaci Costa Leal, e segue para a assinatura de todos os Conselheiros presentes à Reunião.

<b>João Azevedo Lins Filho</b> Presidente do CERH	<b>João Fernandes da Silva</b> Secretário Executivo do CERH
<b>Tárcio Handel Pessoa</b> Titular SEPLAG	<b>Ricardo Lavor Cavalcanti</b> Suplente SEPLAG
<b>Rômulo Araújo Montenegro</b> Titular SEDAP	<b>Demilson Lemos de Araújo</b> Suplente SEDAP
Titular	Suplente
<b>Geraldo Moreira de Araújo</b> Titular SES	<b>Emanoel Lira</b> Suplente SES
<b>Porfírio Catão Cartaxo Loureiro</b> Titular AESA	<b>Andrea Lira Cartaxo</b> Suplente AESA
<b>João Vicente Machado Sobrinho</b> Titular SUDEMA	<b>João Carlos de Miranda e Silva</b> Suplente SUDEMA
<b>Márcio Fernando Ducat</b> Titular AGEVISA	<b>Oswaldo José Guerra Guimarães</b> Suplente AGEVISA

<b>José Marinho de Lima</b> Titular EMATER	<b>Alexandre Alfredo Soares da Silva</b> Suplente EMATER
Titular	Suplente
<b>Maria de Lourdes B. de Sousa</b> Titular DNOCS	<b>Danilo Augusto Santos de Sousa</b> Suplente DNOCS
<b>Ronilson José da Paz</b> Titular IBAMA	<b>Rodrigo Dutra Escarião</b> Suplente IBAMA
<b>João Bosco Vieira Marinho</b> Titular FAMUP	<b>Anderson Pereira Urtiga</b> Suplente FAMUP
<b>Leonardo Leite Brasil Montenegro</b> Titular CAGEPA	<b>Laudízio da Silva Diniz</b> Suplente CAGEPA
<b>Wagner Antônio A. Breckenfeld</b> Titular FIEP/SINDUSCON	<b>Raimundo Gilson Vieira Frade</b> Suplente FIEP/SINDUSCON
<b>Mário Antônio Pereira Borba</b> Titular FAEPA	<b>Domingo Lelis Filho</b> Suplente FAEPA
<b>José Inácio de Moraes Andrade</b> Titular ASPLAN	<b>Pedro Jorge Coutinho Guerra</b> Suplente ASPLAN
<b>Edmundo Coelho Barbosa</b> Titular SINDALCOOL	<b>José Verçosa Júnior</b> Suplente SINDALCOOL
<b>Laudelino de Araújo Pedrosa Filho</b> Titular UFPB	<b>Valter Raglan Gonçalves Medeiros</b> Suplente UFPB
<b>Janiro Costa Rego</b> Titular UFCG	<b>José Dantas Neto</b> Suplente UFCG

<b>José Etham de Lucena Barbosa</b> Titular UEPB	<b>Beatriz Susana Ovruski de Ceballos</b> Suplente UEPB
<b>Alain Marie Passerat de Silans</b> Titular ABRH	<b>Maria Edelcides de Vasconcelos</b> Suplente ABRH
<b>José Reynolds Cardoso Melo</b> Titular ABES	<b>Jaqueline Pequeno da Silva</b> Suplente ABES
<b>Ulysmar Curvelo Cavalcanti</b> Titular CBH-PB	<b>Cláudio Brandão Costa</b> Suplente CBH-PB
<b>Edielson Nunes dos Santos</b> Titular CBH-LS	<b>Silene Lima Dourado Ximenes Santos</b> Suplente CBH-LS
<b>Mirella Leôncio Motta e Costa</b> Titular CBH-LN	<b>Francisco Xavier de Andrade</b> Suplente CBH-LN
<b>Hermano Oliveira Rolim</b> Titular CBH-PA	<b>Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo</b> Suplente CBH-PA